

O CONHECIMENTO DISCURSIVO EM KANT

DISCURSIVE KNOWLEDGE IN KANT

Me. Aleksandro de Souza Bergamasco¹
Dr. Jair Antônio Krassuski²

RESUMO: Nesse artigo pretende-se, de forma breve, apresentar a noção de conhecimento discursivo em Kant. O conhecimento humano envolve dois elementos: intuições e conceitos. As intuições têm a função de apresentar objetos à consciência; os conceitos, por sua vez, são modos de pensar tais objetos, reconhecendo-os como instâncias de propriedades ou características que eles possuem (ou podem possuir) em comum com outros objetos. Conhecer envolve capacidade cognitiva de representar notas características de objetos particulares de modo universal. Portanto, há um concurso entre sensibilidade e entendimento para que algo seja conhecido. No entendimento não há intuição, no sentido de possuir a capacidade de intuir conteúdos empíricos, logo, só há uma maneira pela qual o entendimento humano conhece, a saber, por conceitos. Uma vez que o entendimento constitui conteúdos representacionais, tais conteúdos devem poder ser expressos em juízos.

ABSTRACT: *In this article intend, briefly to present the notion of discursive knowledge in kant. The human knowledge involves two elements: intuitions and concepts. The intuitions have the function of presenting objects to consciousness. The concepts are ways of thinking about such objects recognizing them as instances of properties or characteristics that they have (or can have) in common with other objects. Knowing involves cognitive ability to represent characteristic notes of particular objects in a universal way. There is a contest between sensitivity and understanding so that something is known. In the understanding there is no intuition in the sense of possessing the ability to intuit empirical contentes, therefore, there is only one way in which human understanding knows namely by concepts. Once the understanding constitutes representational content such content must be able to be expressed in judgments.*

Conhecimento e discursividade

De acordo com Kant, o conhecimento humano, no que toca ao papel que nele exerce o entendimento, é um conhecimento discursivo, isto é, ele “tem lugar mediante representações que fazem daquilo que é comum a várias coisas o fundamento do conhecimento, por conseguinte mediante notas características enquanto tais” (KANT, 1992a, p. 37; *JL*, AA 09: 58). Allison comenta que o idealismo kantiano “pode ser definido em termos de seu compromisso como um conjunto de condições epistêmicas, condições que determinam o que podem ser considerados como objeto [de conhecimento] para a mente humana” (ALLISON, 2004, p.77). Em outras palavras, a estrutura epistemológica kantiana ocupa-se de questões mentais, isto é, discursiva.

Na Analítica dos Conceitos, da *Crítica da Razão Pura*, encontramos que o conhecimento adquirido através do entendimento humano é “um conhecimento através de conceitos, não intuitivo, mas discursivo” (KANT, 2001, p. 102; A 68 / B 92-93).³ O termo ‘discursivo’, por sua vez, significa um conhecimento “através de conceitos como representações gerais” (KANT, 2001, p. 102; A 68 /

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

² Professor e chefe do departamento do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

³ Loparic sustenta que a diferença entre conhecimento intuitivo e discursivo é feita em termos semânticos, não em termos metafísicos (Cf. LOPARIC, 2000, p. 137).

B93). Em outra passagem, nas *Reflexões*, Kant escreve que “pensar é representar por conceitos: conhecimento discursivo” (Refl. 2841, AA 16: 541). O conhecimento discursivo⁴ é aquele que só pode ser adquirido mediadamente conceitos. A dupla limitação entre sensibilidade e entendimento aponta para a discursividade de todos os conhecimentos obtidos através do entendimento. Embora Kant ocupe-se de um conhecimento discursivo, Allison comenta que “conhecimento discursivo não é a única classe de conhecimento concebível, apesar de ser a única possível aos seres humanos” (ALLISON, 2004, p. 77).

Para Kant, o entendimento é a faculdade de pensar, por consequência o entendimento humano só pode conhecer através de conceitos. Conhecer por conceitos é pensar objetos apresentados ao entendimento de tal forma que seja possível discriminar um objeto de outro e representá-los através do que eles têm ou podem ter como características comuns. A teoria kantiana da discursividade do conhecimento é uma teoria da consciência que remete ao conteúdo mental, este, por sua vez, é adquirido através de representações de notas características de objetos. Wood comenta que as representações “fornece-nos conhecimento genuíno, mas somente se são combinadas de modo a representar os objetos que as causam e a nos permitir fazer juízos predicando propriedades desses objetos” (WOOD, 2008, p. 49). De acordo com Hanna, há quatro aspectos a salientar aqui:

Um conhecimento é (1) uma representação de um objeto, (2) para um sujeito consciente, que desse modo fica ciente do objeto, (3) segundo uma certa atitude ou postura psicológica, e (4) por meio de um conteúdo de informação que determina o objeto (HANNA, 2005, p. 40).

De acordo com Kant, “não existe, além da intuição, nenhuma forma de conhecer a não ser através de conceitos. Portanto, o conhecimento de qualquer entendimento, pelo menos do humano, é um conhecimento através de conceitos, não intuitivo, mas discursivo” (KANT, 2001, p.102; A68/B92-93). Para Kant, o conhecimento humano limita-se à discursividade por justamente ser adquirido tão somente através conceitos. O conhecimento envolve uma relação entre objetos, que apresentam notas características ao entendimento, e o sujeito, que através da consciência, classifica essas representações fornecidas ao entendimento. Isto é, “sob o primeiro aspecto, ele relaciona-se com a representação; sob o segundo, com a consciência, a condição universal de todo conhecimento em geral” (KANT, 1992a, p. 25; *JL*, AA 09: 33).

Se o conhecimento discursivo é um conhecimento representacional, de que forma e como os conteúdos são apresentados ao entendimento? Para respondermos esta questão, faz-se necessário

⁴Na *Lógica de Jäsche* encontramos que “um conhecimento universal *in abstracto* é **conhecimento** especulativo. Por outro lado, o conhecimento universal *in concreto* é um conhecimento comum” (KANT, 1992b, p. 22; *JL*, AA 09: 27). Há, portanto, em Kant, uma diferenciação entre os dois possíveis tipos de conhecimento de modo que o conhecimento comum está à disposição do conhecimento universal de tal maneira que “o conhecimento filosófico é um conhecimento especulativo da razão e ele começa, pois, quando o uso comum da razão começa a fazer tentativas no conhecimento do universal *in abstracto*” (KANT, 1992b, p. 22; AA 09: 27).

responder primeiramente à pergunta o que são notas características, pois é através destas que conteúdos representacionais são apresentados ao entendimento.

Em uma passagem na *Lógica de Jäsche*, encontramos que uma nota característica “é aquilo que, em uma coisa, é uma representação parcial, na medida em que é considerada como uma razão de conhecimento da representação inteira” (KANT, 1992a, p. 75; *JL*, AA 58). Uma nota característica de um objeto representa um aspecto do que seja tal objeto, daí que os conceitos sejam ditos representações parciais. Por conseguinte, “todos os nossos conceitos são notas características e pensar nada mais é do que representar mediante notas características” (KANT, 1992b, p. 75; *JL*, AA 09: 58).

Em uma *Reflexão* publicada entre 1770 e 1780, Kant descreve como é possível conhecer objetos através de notas características e como esse conhecimento é representado. Escreve Kant:

Conhecemos as coisas apenas através de notas características [*Merkmale*]; daí que conhecer [*erkennen*] venha justamente de notar [*kennen*]. Pois o entendimento é uma faculdade de pensar, isto é, de conhecer discursivamente através de conceitos; mas são notas características [*Merkmalen*] para um uso geral (R2281, AA 16: 298).

Para elucidarmos tais passagens, é importante primeiramente diferenciar entre notar [*kennen*] e conhecer [*erkennen*]. Para Kant, ‘notar’ um objeto é atender a ele discriminando-o de outros. Isso envolve uma capacidade de destacar um objeto entre outros de certa maneira de acordo com certas características dele. Notar, portanto, implica certa capacidade ‘classificatória’ de objetos. No entanto, apenas classificar objetos nesse sentido muito básico de classificação não é ainda conhecê-los, pois conhecer pressupõe representar notas características de objetos como tais. E isso, por sua vez, requer a capacidade de julgar. Conceitos são, justamente, representações de notas características de objetos como tais, e são paradigmaticamente componentes, ou ‘predicados’, de juízos possíveis.

Esse ponto já está presente numa passagem particularmente esclarecedora de um texto pré-crítico de Kant, *A Falsa Sutileza das Quatro Figuras Silogísticas*, de 1762:

[A] capacidade cognitiva superior baseia-se, pura e simplesmente, apenas no poder de julgar. Dessa maneira, se um ser pode julgar, então possui a capacidade cognitiva superior. Se há motivo para recusar-lhe esta, então ele tampouco pode julgar. A negligência de tais considerações deu ensejo, a um célebre filósofo, de atribuir conceitos distintos aos animais. A saber, é dito que um boi possui, em sua representação do curral, também uma representação clara da nota característica da porteira, logo um conceito distinto do curral. É fácil prevenir aqui a confusão. A distinção de um conceito não consiste em que seja representado claramente aquilo que é uma nota característica da coisa, mas que seja reconhecido [*erkannt*] como uma nota característica da coisa. A porteira é, pois, algo pertencente ao curral e pode servir como sua nota característica, mas somente aquele que apreende o juízo *esta porteira pertence a este curral* possui um conceito distinto dessa edificação, e isso seguramente está além do poder da rês. (KANT, 2005, p. 46-7; AA 02: 59)

Conhecer envolve primeiramente notar notas características peculiares de cada objeto e posteriormente classificar essas notas características de tal maneira que elas possam ser representadas conceitualmente em um juízo. Hanna comenta que “um conhecimento é uma representação de um

objeto para um sujeito consciente, que desse modo fica ciente do objeto mantendo certa atitude ou postura psicológica e por meio de um conteúdo de informações que determinam o objeto” (HANNA, 2005, p. 40). No ato de discriminar um objeto de outros, o sujeito tem consciência da possibilidade de haver outros objetos iguais que possuem as mesmas características e responder a esses objetos da mesma maneira. Kant, ao sustentar que o sujeito conhece as coisas apenas mediante notas características, enfatiza que nada se conhece que antes não tenha sido notado. Logo, todo notar precede o conhecimento discursivo. Agora bem, se uma nota característica ocupa-se de representar algo ao entendimento, o que é representação?

Na *Lógica de Blomberg*, compilação de lições de lógica ministradas por ele na década de 1770, Kant escreve que “o que uma representação é não poder realmente ser explicado. É um dos conceitos simples que necessariamente temos” (KANT, 1992b, p. 27; BL, AA 24: 40). E assim, Kant, continua: “toda representação é algo em nós, que se refere a alguma outra coisa, qual seja, o objeto. Certas coisas representam algo, mas nós representamos coisas” (KANT, 1992b, p. 27; BL, AA 24: 40). Mais adiante continua Kant: “O objeto como o representamos é o [aspecto] *material* [da representação], enquanto o modo de representá-lo é [aspecto] *formal* [da representação]” (KANT, 1992b, p. 27; BL, AA 24: 40). Há, portanto, a dimensão material da representação, isto é, o objeto da representação, tal como representado pelo sujeito, e a dimensão formal da representação, que concerne à maneira – vale dizer, à forma – como o objeto é representado pelo sujeito. Loparic classifica as representações kantianas em:

Não acompanhadas de consciência e ‘representações com consciência’, chamadas de ‘percepções no sentido amplo’. Estas últimas se dividem-se em sensações, que são modificações do estado subjetivo do solucionador humano de problemas, e em percepções ‘objetivas’, ou conhecimentos, que, por sua vez, são divididos em intuições, ou conhecimentos intuitivos, e conceitos, ou conhecimentos discursivos (LOPARIC, 2000, p. 136).

Hanna, por sua vez, classifica a noção kantiana de representação em quatro características. A primeira que toda representação se refere a um objeto. A segunda característica de representação, descrita por Hanna, é que ele se encontra em nós. Já em uma terceira característica, o sujeito consciente sempre representa algo de algum modo psicológico e específico. Segundo Hanna, a “representação surge ante a mente na medida em que perdura por qualquer estado ou processo temporal de sentir, perceber, imaginar, lembrar, pensar, entender e raciocinar” (HANNA, 2005, p.39). A incorporação deste termo em Kant passa a significar que a mente contém a faculdade de adotar atitudes diferentes em relação às representações subjetivas. O que pode variar são os modos psicológicos de representação, porém o representado permanece invariável. Logo, o objeto pode ser representado de maneiras diferentes, pois permanece algo inalterado no objeto que não descaracteriza sua forma original. Esse modo de representação é também chamado por Kant de representação formal.

Por fim, Hanna destaca que a representação se refere ao conteúdo do objeto. O conteúdo é constitutivo por “elementos internos que isolam e mantêm fixo o objeto referido” (HANNA, 2005, p. 39).

Para haver conteúdo representacional que fundamente a universalidade e necessidade do conhecimento, embora nem todo conhecimento seja universal e necessário, é preciso que haja conteúdo representacional disponível ao entendimento e que tais conteúdos sejam pensados pelo entendimento. O produto resultante dessas diversas representações de notas características particulares, já uma vez pensadas pelo entendimento, caracteriza-se como uma representação universal que possa ser comunicado através de um conceito. Isso significa que conhecer é representar algo de modo consciente e de acordo com certas notas características desse algo. Na *Dialética Transcendental*, encontramos uma passagem, onde Kant sustenta que “o conhecimento é uma representação consciente relacionada a um objeto” (KANT, 2001, p. 312; A320 / B376).

O conhecimento discursivo, como sabemos, é conceitual. Porém, a intuição apresenta notas características de objetos para que sejam pensados pelo entendimento. Assim, o entendimento não possui nenhum vínculo com a experiência empírica a não ser pensar essas notas características de objetos apresentadas pela intuição. Portanto, temos em Kant, uma faculdade sensível que é a intuição e outra não sensível que é o entendimento. Podemos conferir, no primeiro livro da *Analítica dos conceitos*, que Kant sustenta que o entendimento é “a faculdade não sensível do conhecimento” (KANT, 2001, p. 102; 68/B93). No entendimento não há intuição, no sentido de possuir a capacidade de intuir conteúdos empíricos, logo, só há uma maneira pela qual o entendimento humano conhece, a saber, por conceitos. Disso segue-se que “todas as intuições enquanto sensíveis assentam sobre a afecção⁵ e o conceito, por sua vez, em funções” (KANT, 2001, p. 102; A68/B93). A consciência é uma representação universal das diversas representações de notas características particulares de objeto. Assim, o conhecimento discursivo kantiano origina-se na receptividade de notas características de objetos e da espontaneidade que pensa essas representações de notas características de objetos. Na *Introdução à Lógica Transcendental da Crítica da Razão Pura*, Kant deixa claro que:

O nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira é-nos dado um objeto; pela segunda é pensado em relação com aquela representação (como simples determinação do espírito) (KANT, 2001, p.88; A50/B75).

Na passagem acima observamos duas fontes na qual é possível o conhecimento. A capacidade de receber representações e a capacidade de conhecer através dessas representações. Através da primeira fonte de conhecimento, os objetos são apresentados ao entendimento, pela intuição⁶. Através

⁵ Sobre afecção externa ver (HANNA, 2005, pp.79ss, 170-77, 288).

⁶No início da *Estética Transcendental*, Kant define que “seja qual for o modo e sejam quais forem os meios pelos quais um conhecimento possa referir-se a objetos, a *intuição* é o modo como se refere imediatamente aos mesmos e ao qual tende como um meio todo o pensamento. Contudo, esta intuição só acontece na medida em o

da segunda fonte de conhecimento, essas representações são pensadas pelo entendimento. Loparic comenta que a característica básica do entendimento, em Kant, é a espontaneidade e ela é “o poder para executar ações e produzir representações a partir de si mesmo (LOPARIC, 2000, p. 99).”⁷ O conhecimento firma-se na síntese entre sensibilidade, que oferece conteúdo representacional ao entendimento e no entendimento que classifica esses conteúdos representativos de acordo com regras. Na *Lógica [Excertos da] Introdução*, Kant escreve que:

Todo o nosso conhecimento tem uma dupla referência: primeiro, uma referência ao objeto e, em segundo lugar, uma referência ao sujeito. Sob o primeiro aspecto, refere-se à representação; sob o último, à consciência, condição universal de todo o conhecimento em geral. (A consciência é, em rigor, uma representação de que em mim existe outra representação) (KANT, 2009, p. 15; IX, 33).

O conhecimento tem seu início na intuição que fornece conteúdo representacional ao entendimento e se efetiva no entendimento que organiza e classifica, de acordo com regras as notas características de objetos. Assim, se “todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência” (KANT, 2001, p. 36; B1). Kant sustenta que é na relação entre intuições e conceitos que constitui o conhecimento, pois, “os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem intuição de qualquer modo lhe corresponda, sem uma intuição sem conceito podem dar um conhecimento (KANT, 2001, p. 88; A50/B74). Esse conteúdo apresentado ao entendimento é classificado pelas formas puras da intuição (espaço e tempo), conceitos puros do entendimento (categorias) e pelo esquema transcendental da imaginação, esquema este que é a representação formal pura do tempo. O conjunto desses elementos que compõem a cognição, é chamado, por Kant, de unidade sintética original da percepção. Sua função é ser a base *a priori* da autoconsciência. Ou seja, produzir representações mentais de conteúdos de objetos que são apresentados ao entendimento. Sem a autoconsciência nenhum conhecimento representacional seria possível.

A intuição é uma representação singular de objetos gerada pela sensibilidade, isto é, “uma espécie de representação resultante da afecção de um objeto sobre nós que nos põe em relação cognitiva imediata com o objeto” (WOOD, 2008, p. 49). As intuições podem ser divididas em empíricas e puras. As intuições empíricas são representações que, nas quais, se encontra algo que pertence à sensação. As intuições puras, por sua vez, são “todas as representações em que nada se encontra que pertença à sensação” (KANT, 2001, p. 62; A20/B34). Loparic comenta que “as primeiras, (...), são modos de

que o objeto nos for dado; a nós homens pelo menos, isto só é possível pelo fato do objeto afetar a mente de certa maneira. A capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como fomos afetados pelos objetos denomina-se *sensibilidade*. Portanto, pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece *intuições*; pelo entendimento, ao invés, os objetos são *pensados* e dele se originam *conceitos*” (KANT, 2001, p. 61; A19/B33).

⁷Loparic divide a espontaneidade em operacional e especificamente representacional ou especulativa (Cf. LOPARIC, 2000, p. 99).

consciência empírica (...) já as intuições puras são formas espaços temporais de *perceptos*,⁸ livres de sensações” (LOPARIC, 2000, p. 136). A intuição, que ocorre independente do pensamento, necessita ser afetada pelo objeto para que sejam produzidas representações particulares. Na *Estética Transcendental* Kant escreve que “da sensibilidade são-nos dados objetos e só ela nos fornece intuições, mas é o entendimento que pensa esses objetos e é dele que provêm os conceitos” (KANT, 2001, p. 61; A20/B35). A sensibilidade exerce basicamente duas funções: atestar a veracidade da existência do objeto em nosso pensamento e fornecer o conteúdo ao entendimento. As representações oriundas da intuição são apresentadas ao entendimento, e o entendimento, através dessas representações, pensa essas representações e as classifica em um conceito. Em passagem famosa da *Introdução à Lógica Transcendental* da primeira *Crítica*, Kant escreve que:

Intuição e conceitos constituem, pois, os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem intuição que de qualquer modo lhes corresponda, nem uma intuição sem conceitos podem dar um conhecimento. Ambos estes elementos são puros ou empíricos (KANT, 2001, p. 88; A50/B74).

Lemos também, na *Lógica de Jäsche*, que “todos os conhecimentos, quer dizer, todas as representações relacionadas a um objeto são ou intuições ou conceitos” (KANT, 1992a, p. 109; *JL*, AA 09: 139). Nessa passagem, no que toca o conhecimento humano, percebemos que há uma dependência entre intuição e conceito para que o conhecimento seja efetivado. Höffe comenta que:

Em um conhecimento as sensações não são simplesmente reproduzidas, mas elaboradas. Para isso precisa-se de conceitos, que se devem ao entendimento em sentido estrito e com cuja ajuda as sensações são ‘pensadas’, isto é, reunidas e ordenadas segundo regras” (HÖFFE, 2005, p. 67).

Os conceitos são baseados na espontaneidade do pensamento, do mesmo modo que as intuições sensíveis são baseadas na receptividade das impressões. A experiência sensorial é o primeiro passo para que haja conhecimento. Devemos, portanto, analisar a experiência em geral a fim de ver o que está contido neste conteúdo apresentado ao entendimento, e como é possível o próprio juízo da experiência.

Fora intuição, não existe qualquer outro modo de conhecer que não por meio de conceitos. O conhecimento produzido pelo entendimento, ou pelo menos pelo entendimento humano, deve, portanto, ser por meio de conceitos, e, portanto, não é intuitivo, mas discursivo. Os conceitos são, portanto, baseados na espontaneidade do pensamento, da mesma forma como as intuições sensíveis são baseadas na receptividade das impressões. Ora, o único uso que o entendimento pode fazer desses conceitos é ajuizar por meio deles (KANT, 2001, p. 102-103; A68-69/B92-93).

⁸ Loparic utiliza esse termo para referir-se ao resultado de perceber não da operação de perceber.

Para Kant, as várias operações envolvidas na geração de conhecimento, a partir da intuição, podem ser reunidas em uma única operação denominada síntese. Por síntese entende-se a capacidade de conceber diversas representações múltiplas em um modo singular, o qual consideramos conhecimento. Para Kant a síntese é “o ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento” (KANT, 2001, p. 109; A77/B103). Ou seja, “a coleta de diversos elementos de informação e transformação deles em um único conhecimento por meio da organização deles em uma nova unidade estrutural de conteúdo representacional” (HANNA, 2005, p. 68).⁹ A função, por sua vez, é “a unidade da ação que consiste em ordenar diversas representações sobre uma representação comum” (KANT, 2001, p. 102; A68/B93). Dito isso, chegamos a uma possível distinção entre um conhecimento empírico, que se inicia na experiência, e de um conhecimento puro que se efetiva no entendimento.

Na *Introdução* à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant sustenta que o conhecimento humano começa pela experiência (Cf. KANT, 2001, p. 45; B1), isso significa que os objetos estimulam os sentidos de tal modo a produzirem representações colocando em atividade o processo de conhecimento humano. Embora “todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência” (KANT, 2001, p. 36; B1). Isto é, no que toca a origem do conhecimento discursivo, notoriamente todos os conhecimentos se iniciam pela experiência. Porém, o conhecimento humano não se efetiva na experiência e, portanto, “denomina-se *a priori* esse conhecimento e distingue-se do *empírico*, cuja origem é *a posteriori*, ou seja, na experiência” (KANT, 2001, p. 37; B2). Portanto, o conhecimento humano, pode ser adquirido de modo *a priori* ou *a posteriori*. Os conhecimentos *a priori* são aqueles independentes da experiência. De acordo com Kant, os conhecimentos *a priori* são “aqueles em que nada de empírico se mistura” (KANT, 2001, p. 37; B3). Ou seja, são totalmente independentes de qualquer experiência possível. Por outro lado, o conhecimento *a posteriori* é possível tão somente através da experiência. Hanna observa que:

A primeira característica do apriorismo semântico é a independência absoluta de um conhecimento de seus conteúdos para a experiência e todas as impressões dos sentidos, devido à presença no conteúdo de fatores que são contribuição das capacidades inatas ou gerativas/ produtivas da mente humana (HANNA, 2005, p. 356-357).

Neste contexto, poderíamos nos perguntar se essa independência da experiência exclui qualquer conteúdo representacional no entendimento? Hanna observa que pelo fato do conteúdo ser causado pela experiência, isto é, significativamente referido a ela e, no entanto, também, absolutamente independente da experiência não há exclusão de conteúdo (HANNA, 2005, p. 357). Nota-se que pelo fato dos conteúdos representacionais serem causados pela experiência, nada impede

⁹ Sobre síntese da percepção ver (HANNA, 2005, pp. 78-82, 293ss), síntese da reprodução (HANNA, 2005, p. 80) e síntese do reconhecimento (HANNA, 2005, p. 88), (WOOD, 2008, pp 70-1).

que eles sejam puros. Hanna introduz o conceito de independência semântica da experiência e assim descreve:

Uma proposição é *a priori* no sentido de ser semanticamente independente da experiência se e somente se nenhum conjunto particular ou espécie particular de experiências sensoriais é necessário ou suficiente para determinação de seu conteúdo semântico, muito embora sua geração cognitiva seja na verdade causalmente associada com algumas experiências e muito embora ela requeira, como uma condição se sua significação empírica, que seja verificável por meio de algum conjunto ou espécie de experiências possíveis (HANNA, 2005, p. 358).

Assim temos diferenciação entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*, Kant apresenta uma característica na qual é possível identificar e distinguir entre conhecimentos puros e empíricos. Um conhecimento *a priori*, isto é, desvinculado da experiência empírica, é aquele no qual uma proposição é pensada pela sua necessidade e universalidade. Escreve Kant: “Necessidade e rigorosa universalidade são, pois, os sinais seguros de um conhecimento *a priori* e são inseparáveis uma da outra” (KANT, 2001. p. 37; B3). Kant, ao introduzir o critério da necessidade e universalidade do juízo como forma de identificação de juízo *a priori* e conseqüentemente, distingui conhecimento *a priori* de conhecimento *a posteriori*. A experiência, por sua vez, “não concede nunca aos seus juízos uma universalidade verdadeira e rigorosa, apenas universalidade suposta e comparativa” (KANT, 2001. p. 38; B4). Höffe comenta que:

Na distinção entre um conhecimento puro e empírico “como a experiência somente comprova fatos, mas não a impossibilidade de poder ser outra coisa nem a impossibilidade de uma exceção, a generalidade absoluta e a necessidade rigorosa são, de fato, as características do *a priori* puro” (HOOFÉ, 2005, p.47).

Nesse sentido, os juízos *a posteriori* são aqueles que consideram fatos particulares como verdadeiros de modo que sua validade universal é deduzida. Isto é, “a universalidade empírica é, assim, uma extensão arbitrária da validade, em que se transfere para a totalidade dos casos a validade da maioria” (KANT, 2001. p. 38; B4). Kant observa que há domínios do conhecimento no qual não é possível ser dado nenhum objeto correspondente na experiência. Deus, liberdade e imortalidade que são tarefas da razão pura. Porém, quanto ao procedimento de tais conhecimentos, Kant denomina metafísico. Tal investigação conduz ao dogmatismo, mesmo havendo uma disposição natural da razão humana para tais conhecimentos.

Considerações finais

Kant sustenta que o conhecimento humano se ocupa de questões mentais. Isto é, de questões discursivas. O conhecimento discursivo é aquele que é adquirido mediamente conceitos. Embora a discursividade não seja a única maneira de conhecer, ela é a única possível aos seres humano. A teoria kantiana da discursividade do conhecimento é uma teoria da consciência que remete ao conteúdo metal por ser adquirido através de representações de notas características de objetos. Uma nota

característica de um objeto representa um *aspecto* parcial de um objeto, daí que os conceitos sejam ditos representações *parciais*. Conhecer envolve primeiramente notar notas características peculiares de cada objeto e posteriormente classificar essas notas características de tal maneira que elas possam ser representadas conceitualmente em um juízo. Portanto, o conhecimento discursivo envolve a capacidade de receber representações e a capacidade de conhecer através dessas representações. Daí que o conhecimento humano, pode ser adquirido de modo *a priori* ou *a posteriori*.

As intuições têm a função de apresentar objetos à consciência; os conceitos, por sua vez, são modos de pensar tais objetos, reconhecendo-os como instâncias de propriedades ou características que eles possuem (ou podem possuir) em comum com outros objetos. Conhecer envolve capacidade cognitiva de representar notas características de objetos particulares de modo universal. Portanto, há um concurso entre sensibilidade e entendimento para que algo seja conhecido. No entendimento não há intuição, no sentido de possuir a capacidade de intuir conteúdos empíricos, logo, só há uma maneira pela qual o entendimento humano conhece, a saber, por conceitos. Uma vez que o entendimento constitua conteúdos representacionais, tais conteúdos devem poder ser expressos em juízos. Quanto à noção de juízo, podemos encontrar, em Kant, duas definições. De acordo com a primeira, o juízo é a representação da unidade de diversas representações da consciência. De acordo com a segunda, juízo é uma relação objetivamente válida de representações.

Referências bibliográficas

ALLISON, Henry E. **Kant's Transcendental Idealism: an interpretation and defense**, 1ed. New Haven: Yale University Press, 2004.

_____. **El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa**. Prólogo e tradução de Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad autónoma metropolitana – iztapalapa, 1992.

_____. **The Kant-Eberhard Controversy**. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1973.

ALMEIDA, R. D. “O problema do psicologismo na teoria do juízo de Kant”. **Kant e-Prints**. Vol. 9, n. 1, p.69-84 jan.-jun., 2014.

BECK, Lewis White. “Can Kant’s synthetic judgments be made analytic?” **Kant-Studien**, vol. 47, n. 2, 1955/1956, p. 168-181.

CODATO, Luciano. “Extensão e forma lógica na Crítica da Razão Pura”. **Discurso**, vol. 34, 2004, p. 145-202.

_____. “Lógica geral e lógica transcendental: Kant e a questão das relações entre intuição e conceito no juízo.” **Analytica**, vol. 10, n. 2, 2006, pp.125-145.

_____, Johann August. “Excertos de *Philosophisches Magazin*”. Trad. Irene Borges Duarte. In: GIL, Fernando (org.), **Recepção da Crítica da Razão Pura**: antologia de escritos sobre Kant (1786-1844). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. pp. 51-84.

FAGGION, A. O Problema da Objetividade dos Juízos em Kant. **Analytica**, v. 13, n. 1, pp. 65-93, 2009.

FONSECA, R. D. **O Território do Conceito**: Lógica e Estrutura Conceitual na Filosofia Crítica de Kant. Saarbrücken, Alemanha: OmniScriptum / Novas Edições Acadêmicas, 2015.

HANNA, Robert. **Kant and the Foundations of Analytic Philosophy** Oxford: Clarendon Press, 2001.

_____. **Kant e os fundamentos da filosofia analítica**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Trad. Christian V. Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5ª ed. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Lógica**. Rio de Janeiro: Trad. Guido Antônio de Almeida: Tempo Brasileiro, 1992.

_____. **Lectures on Logic**. Trad. & ed. J. Michael Young. Cambridge: Cambridge University Press, 1992b.

_____. **Notes and fragments**. Trad. Curtis Bowman. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LOPARIC, Zeljko. **A semântica Transcendental de Kant**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP, 2000.

WOOD. A.W. **Kant. Trad.** Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VAN CLEVE, James. “Necessity, Analyticity, and the *A Priori*.” In: LOLORDO, Antonia; DUNCAN, Stewart (Org.), **Debates in Modern Philosophy**: Essential Readings and Contemporary Responses. New York and London: Routledge, 2013.